

O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

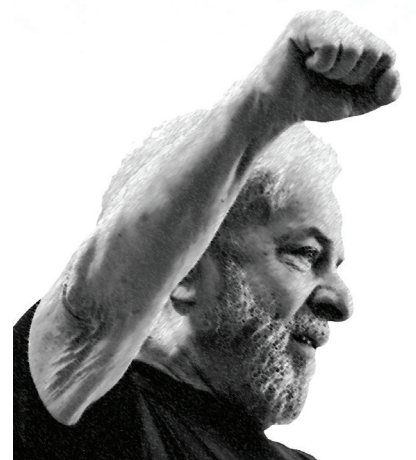
www.otrabalho.org.br

R\$ 5,00

nº 862 - de 19 de março a 02 de abril de 2020



**EM DEFESA DO POVO TRABALHADOR,
NO COMBATE À EPIDEMIA E À CRISE
A "CALAMIDADE"
É O GOVERNO
BOLSONARO**



PARTIDO

Marília candidata
do PT em Recife

pág.4

LUTA DE CLASSE

Centrais propõem
medidas de emergência

pág.6

CORONAVÍRUS

Além da precariedade do SUS
o governo atrapalha o
enfrentamento da pandemia

pág.8

LULA LIVRE!
ANULAÇÃO DOS JULGAMENTOS!

A armadilha das drogas

Falta de perspectiva empurra os jovens ao consumo e tráfico

No segundo semestre de 2019, a taxa de desemprego entre 18 a 24 anos foi 26,6%. Nos adolescentes entre 14 a 17 anos 1,94 milhão estão em situação de trabalho infantil. O homicídio foi a principal causa de morte entre jovens em 2017. No mesmo ano, 35.783 jovens foram assassinados, destes 75,5% eram negros. Estas terríveis condições de vida, agravadas após o golpe, sobretudo com as medidas cruéis de Temer e Bolsonaro, empurram milhares de jovens ao consumo de drogas e ao trabalho no tráfico.

Para o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Atenção ao Uso de Drogas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro o sofrimento psíquico, como depressão, e baixa autoestima são fatores que desencadeiam o uso de drogas.

O alto índice de desemprego aumenta a evasão escolar e a busca desesperada por dinheiro no tráfico

para sobreviver. A resposta do Estado só tem aumentado a violência com mais encarceramento e o genocídio da juventude negra.

Essa é a realidade que o capitalismo em crise tem para a juventude: retirada de direitos e a morte. As insuportáveis condições de vida desse sistema são elementos que criam o ambiente para uso de drogas. Pouco se importa se o consumo de drogas leva à dependência química e à morte, o que interessa é lucro vindo da lavagem de dinheiro do tráfico. As drogas e o capitalismo são duas faces da mesma moeda.

Legalizar não é a saída

No fundo as drogas cumprem um papel social do ponto de vista da luta de classes. Ela é uma mercadoria rentável e ao mesmo tempo destrutiva, tanto fisicamente como em termos de organização política. Por isso que a legalização é questionável como

solução. Ampliaria o lucro das multinacionais, não por acaso grandes especuladores como George Soros veem com bons olhos, e legalizaria um instrumento capaz de destruir politicamente organizações e setores que lutam contra o sistema. É um equívoco organizações de jovens que reivindicam lutar contra o sistema, defender essa bandeira.

Evidentemente, o consumidor dependente de drogas é um enfermo que tem direito ao tratamento no sistema público de saúde, que neste momento sofre um dos maiores ataques com cortes bilionários de verbas por conta da Emenda Constitucional 95. Situação que vai agravar-se rapidamente com a epidemia do coronavírus.

Mas, isso é diferente de disponibilizar em larga escala e a baixo-custo drogas que vão destruir a vida de milhares de jovens que estão sem perspectiva de futuro e não terão

acesso ao tratamento como os filhos da burguesia têm.

Defender a juventude

Governos capachos do imperialismo, como o lambe botas do Bolsonaro, tentam destruir conquistas sociais e cortam investimentos que deveriam assegurar políticas públicas e programas nos bairros mais pobres.

Neste momento, em que um vírus revela a podridão desse sistema e anuncia uma tormenta, mais do que nunca é preciso defender a juventude. Sem dúvida, isso passa por encarar a luta contra as drogas com medidas concretas que garantam emprego, saúde, educação e lazer. O governo obscurantista de Bolsonaro, repetidas vezes, já demonstrou que não irá fazer. Por isso pelo futuro da juventude, acabar com este governo, o quanto antes é o melhor.

Sarah Lindalva

Estudantes não podem pagar pela crise

Suspensão integral das atividades e liberação de verbas para garantir direitos

Diversas instituições de ensino suspenderam aulas por conta do coronavírus, mas encontram sérias dificuldades para garantir assistência aos estudantes. As cruéis medidas tomadas, sobretudo após o golpe, como é o caso da Emenda Constitucional 95 que limita gastos, são severamente sentidas nas universidades. Hoje, mais do que antes, milhares de estudantes dependem da Assistência Estudantil.

O governo é incapaz de resolver os problemas, pelo contrário, só os agrava. Neste ano já havia cortado 14% dos recursos empenhados, em algumas universidades chega a 30%. Agora, sequer disponibilizou verbas necessárias para garantir bolsas, higienização das residências e manutenção da alimentação nos Restaurantes Universitários.

Na Universidade Federal de Santa Catarina a reitoria só tem recurso para disponibilizar 200 reais mensais aos estudantes. Na Federal Fluminense e na Federal do Mato Grosso as aulas não chegaram a retornar e poucas respostas se têm sobre como a assistência deve funcionar. Na Federal da Bahia, após negociação com a reitoria, os residentes exigem alimentação e passagens caso queiram retornar as suas cidades.

Suspensão integral das aulas

Para piorar, o MEC publicou portaria, em 18 de março, autorizando substituir 40% das aulas presenciais



Maio de 2019, manifestação de estudantes em Salvador

pela modalidade a distância por 30 dias. A Associação dos Docentes da UNB rebateu "se transformarmos os cursos presenciais em modalidade EAD, estaremos reforçando a perspectiva irreal e contrária aos interesses da comunidade universitária.". De fato, é uma medida absurda, pois a suspensão das aulas não permite que estudantes acessem a estrutura da universidade (laboratórios, computadores, internet, etc.), ou seja, muitos serão excluídos e prejudicados.

Diretores da pasta de Assistência Estudantil da UNE, ligados a Juventude do PT, se posicionaram exigindo a suspensão integral das atividades acadêmicas sem precarizar o ensino,

nem reduzir direitos dos assistidos. Exigem também "a revogação imediata da Emenda Constitucional 95, a liberação imediata do orçamento sob supervisão do Plano Nacional de Assistência Estudantil e criação urgente de uma política suplementar de permanência para garantir a saúde dos estudantes e viabilizar as medidas necessárias para que não haja evasão". A UNE adotou uma resolução nesta direção (ver box)

A hora exige medidas concretas. Os estudantes não podem pagar pela crise. Mas Bolsonaro já mostrou que jogará as consequências da crise nas costas dos mais vulneráveis. Não dá para aceitar isso! Como dizem os diretores estudantis petistas da UNE,

"seguimos as medidas preventivas que devem andar junto com a luta política e a mobilização contra e pelo fim do governo de Bolsonaro, Mourão, Moro e Guedes e contra o sucateamento da educação". Certamente será uma jornada difícil que os estudantes junto aos trabalhadores terão que enfrentar, mas resistir é preciso!

Danielle de Paula

RESOLUÇÃO DA UNE (TRECHO)

A União Nacional dos Estudantes sempre teve uma postura crítica em relação à modalidade de ensino à distância em detrimento da formação presencial. A situação de crise não pode ser usada como pretexto para que nosso ensino seja precarizado. É extremamente irresponsável por parte do MEC de sugerir implementar a modalidade EAD em cursos presenciais, que tem uma sistemática de funcionamento e avaliação bem diferentes, na tentativa de agilizar o calendário letivo, sem levar em conta o que isso implica no ensino universitário, no desenvolvimento de extensão e no desempenho dos estudantes que não possuem acesso integral a internet. Exigimos que a suspensão das atividades seja feita de forma integral até que a situação esteja normalizada, sem precarizar o ensino e prejudicar uma parcela de estudantes.

Governo infectado ameaça ao povo

Já são 22 os infectados pelo Coronavírus, membros da delegação de Bolsonaro aos EUA, mas o governo se recusa a tomar medidas sérias para enfrentar a pandemia. Por quê? Porque o governo - e os que fizeram parte da farsa que lhe deram origem - estão infectados por um vírus mais mortal à humanidade: a política do capital financeiro para dar sobrevida ao imperialismo, um sistema cuja crise só foi agravada e acelerada pela pandemia.

Especulação e guerra, isto é o capitalismo. Segundo dados, em 2018, no mundo se destinou 1,8 trilhão de dólares de orçamentos públicos para o setor militar, enquanto a OMS estima que precisa de 7 bilhões de dólares para lidar com o vírus!

A política do ajuste fiscal (liberar recursos para a especulação), retirou verbas dos serviços públicos. O SUS nos últimos três anos deixou de receber 22 bilhões de reais - o que deixa o Brasil em condições ultra fragilizadas para enfrentar a pandemia.

Essa política nos últimos três anos empurrou para a pobreza e a fome milhões de brasileiros, que hoje estão completamente vulneráveis à contaminação.

Em recente entrevista, a ex-ministra do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome no governo Dilma, Tereza Campello,

fez uma avaliação realista: "No Brasil o Coronavírus será um genocídio. Quando se diz para os idosos se recolherem, esquece-se que os idosos pobres não têm cuidadores, não têm áreas isoladas nas suas casas, não têm alimentação especial. Quando se diz que isto é uma opção individual e que as pessoas não podem sair de casa, como é que se mantém em casas mínimas um monte de gente? As crianças não vão para a rua? Claro que vão para a rua". E acrescenta "outro problema iniciado por Temer e continuado por Bolsonaro:

COM BOLSONARO O POVO FICA DESPROTEGIDO FRENTE A PANDEMIA

o trabalho informal que eles chamam de 'empreendedorismo'. Há 40 milhões de brasileiros sem trabalho formal."

Saúde sucateada, população empobrecida, moradias precárias, trabalho sem direitos, o que pode provocar um genocídio. Já no Planalto o presidente zomba da tragédia, uma "fantasia", e incentiva aglomerações em manifestações a seu favor. Até grande parte do seu eleitorado foi para as sacadas dos apartamentos: "acabou, fora, assassino, miliciano".

A classe média está se enraivecendo.

Diante da pandemia os patrões (estes sim protegidos pelo governo) abusam, mantendo milhões de trabalhadores em atividade, sujeitos a condições de transporte e trabalho insalubres. O governo nada faz e, mais, ajuda os patrões com redução de jornada e salário.

A classe trabalhadora está vivendo uma situação dramática, mas tenta resistir. Começam a vir os primeiros sinais de propostas de greves, já que a patronal não quer interromper a produção com garantia de emprego e salário.

Lula em seu pronunciamento no dia 19, com razão, falou da prioridade em proteger empregos, salários e outras medidas que protejam o povo trabalhador. Mas, a partir daí, uma questão se coloca: isso não é possível com este governo, sob comando de Bolsonaro, generais e ministros vassalos.

Se a tragédia não for interrompida o "genocídio" do povo, diante da pandemia, será inevitável e devastador.

O período que se inicia será difícil. Mas ele explicita, mais que jamais, que para a humanidade as alternativas são: a barbárie que ameaça de morte os povos em todo o mundo, ou o socialismo. Interromper o curso à barbárie no Brasil passa por colocar fim ao governo - todo governo - Bolsonaro.

NOTAS

MAIOR RESERVA EXTRATIVISTA DO BRASIL AMEAÇADA

A reserva extrativista Verde Para Sempre está ameaçada pela ocupação de latifundiários, ela é a maior reserva extrativista do país com 1,3 milhão de hectares e localizada no município de Porto de Moz no Pará. As reservas extrativistas são áreas de proteção ambiental e de populações tradicionais que vivem da extração de recursos naturais, agricultura e criação de animais em pequena escala. Criada em 2004 ela abriga 37 comunidades ribeirinhas onde vivem cerca de 13 mil pessoas. Sua criação desalojou grandes latifundiários da região que ocupavam ilegalmente suas terras desde 1940. Agora, apoiados por Bolsonaro, eles voltam

a ocupar as terras, expulsam e ameaçam as comunidades tradicionais, como denuncia o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto de Moz.

ICMBIO QUER AJUDAR... OS LATIFUNDIÁRIOS

O ICMBIO, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, responsável pela gestão das unidades de conservação federais - inclusive dessa reserva - em vez de atuar para preservar, ajuda os latifundiários. Seu presidente, o coronel da Polícia Militar Homero Cerqueira, com o prefeito Berg Campos (PTB) organiza uma reunião com os latifundiários que reivindicam que o ICMBIO, contra a lei, reconheça o seu "direito" de ocupar e explorar a reserva.

AOS NOSSOS LEITORES E ASSINANTES

Fomos informados pelos Correios que há uma redução em sua atividade. Assim não temos a segurança de entrega da edição impressa aos assinantes e aos militantes que lhes oferecem o jornal. Mas, para garantir que nosso jornal chegue a vocês, nestas condições - podemos prever que haverá um menor contato entre as pessoas no próximo período - decidimos que esta edição de O TRABALHO será enviada apenas por email e disponibilizada para leitura no site.

Manteremos as edições quinzenais.

Comitê de Redação

Memória

DITADURA MILITAR PERSEGUIE PADRES E POSSEIROS

A pressa com que a Justiça Militar vem preparando os autos do processo movido aos 13 posseiros da região do Araguaia-Tocantins e aos padres franceses Aristides Camio e Francisco Gouriou - as investigações foram conduzidas a toque de caixa (...) - já permitia prever quais as suas reais intenções quanto aos acusados. Agora, com o pronunciamento do procurador militar, Demócrito Noronha, (...) a vontade da ditadura militar de condenar os posseiros e os padres ficou evidente: (...) o procurador militar pede a condenação de todos com base nos artigos 31 e 36 da Lei de Segurança Nacional, o que pode resultar em penas variando de oito a 30 anos de prisão.

O Trabalho nº 143 - 18/3/1982



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Diagramação: Paulo Henrique Barbosa Mateus

O que mesmo propõe o PT?

Diretório Nacional marca passo

A Executiva e o Diretório Nacional se reuniram nos dias 12, 13 e 14 de março, numa hora crítica no país e no mundo. Os membros do Diálogo e Ação Petista se abstiveram de votar as principais resoluções, Internacional e Nacional. O DN também adotou uma curta nota com propostas para enfrentar a pandemia, outras decisões administrativas, e uma boa resolução por candidaturas próprias do PT no Nordeste, com a deputada Marília Arraes em Recife (contra 5 votos da DS com o senador Humberto Costa).

A longa e ambiciosa resolução internacional adotada diz coisas certas sobre a crise capitalista, outras emendáveis, mas é completamente omissa sobre a representação política dos trabalhadores. Não aborda os problemas concretos na França – coletes amarelos, rejeição dos partidos e insucesso

das greves – ou no Chile – explosão, rejeição do partidos tradicionais, Constituinte –, ignora a crise da socialdemocracia e o esvaziamento dos PCs em muitos países, assim como não fala nada das contradições – para dizer o menos! – dos “governos progressistas” na América Latina. Ela denuncia ataques imperialistas, mas não discute problemas da resistência, como se não houvessem!

Como esta é uma questão complexa para se resolver pelo voto contra ou a favor de uma emenda a um texto de véspera, o DAP declarou sua abstenção.

Já a resolução nacional é um alentado discurso de tipo parlamentar. Diz coisas certas, outras discutíveis. Mas vacila no coração do problema atual, que é o governo Bolsonaro. Marca passo e repete a velha fórmula

de “derrotar o governo Bolsonaro”, como se nada houvesse ocorrido. A proposta do DAP de “lutar pelo fim do governo Bolsonaro” obteve agora mais de 20% dos votos, mas foi outra vez recusada.

Bolsonaro, Mourão, Maia ou Tóffoli?

Um bloco puxado pelo CNB se recusa a dar um passo. Por quê? Ele não quer tirar uma conclusão da inação social do governo, da escalada bonapartista autoritária de provocações institucionais, e, agora, da aberta irresponsabilidade com a pandemia. O CNB espera que as críticas que fazemos joguem o poder no colo do PT em 2022 – mas Bolsonaro não espera 2022!

Vendo as propostas do PT para a crise e a pandemia, logo vem a pergunta: quem vai aplicar isso? Desde

as propostas imediatas para a saúde, até a revogação do teto constitucional de gastos, e uma outra política econômica, quem vai fazer? Bolsonaro, Mourão, Maia, Tóffoli ou quem? A direção do PT não diz, mas a verdade é com eles não há saída para os trabalhadores.

Sim, face à pandemia cabe exigir medidas sanitárias e sociais imediatas para defender o povo, e ligá-las à grandes reformas para salvar a nação do desastre econômico. Mas para isso, é incontornável integrar a luta pelo fim do governo Bolsonaro no debate e na mobilização social. O que, na nossa opinião (ver pág. 8), será apenas o primeiro passo para, com o povo na rua, mais à frente, abrir uma saída política.

Markus Sokol

Afirmação de Marília em Recife

Tensão no PT



Marília é definida como candidata do PT por ampla maioria do DN

Os derrotados no DN pela indicação de Marília para prefeita (ver acima) reagiram mal.

Ao final da reunião da Executiva estadual (16/03), já sem quórum, fizeram aprovar uma nota questionando a Resolução do DN acusada de “precipitada” e de “não ter considerado os efeitos causados às dezenas de candidaturas a prefeituras e às Câmaras em Pernambuco”.

Esta turma não quer largar os cargos no governo do Estado e na Prefeitura, alegando a “aliança com o

PSB” (e outros partidos). É discutível o balanço da participação. Mas a questão é nacional, pois o PSB acaba de fazer um acordo nacional com o PDT, onde no Rio apoia Marta Rocha do PDT, que apoia em SP Marcio França do PSB. E, claro, apoia o PSB em Recife. Esse é um acerto contra a influência do PT nas eleições deste ano, e não para enfrentar Bolsonaro e sua política econômica, com a qual concordam em vários pontos. E o PSB quer tirar o PT brutalmente da disputa desde o 1º turno em Recife, cidade que já governou várias vezes.

A maioria da Executiva estadual desqualifica o DN dizendo que “deve voltar a discutir de forma definitiva o processo de candidatura própria em Recife, depois do Encontro Municipal, pois, caso contrário, poderemos enfrentar um esfacelamento sem tamanho no PT em Pernambuco. E não vamos assumir sozinhos essa responsabilidade”.

Contra essa chantagem, junto com

mais seis membros da Executiva estadual, assinei uma carta ao DN (cópia ao DR), desmascarando a tentativa de passar como posição da instância, tema que sequer constava da pauta. O presidente do PT-PE, Doriel Barros (CNB), limitou-se à uma leitura para, com o apoio ativo de Oscar Barreto (DS), submetê-lo a voto (quando já não havia mais quórum). A nossa carta registra que “a definição do nome da companheira Marília para prefeita do Recife demonstra o reconhecimento, em nossa capital, de um potencial político e eleitoral capaz de fazer uma campanha que defenda o legado dos nossos governos e aponte para um projeto que devolva a democracia e a soberania no país e o povo recifense tenha uma cidade governada por uma mulher guerreira e petista”. Na base social e militante do PT, a reação através das redes sociais foi de total apoio à indicação de Marília.

Edmilson Menezes

Prévia cancelada em São Paulo

Decisão imposta pela situação da epidemia do Coronavírus

O PT tem sete pré-candidatos a prefeito na capital paulista: ex-deputado Jilmar Tatto, os deputados Alexandre Padilha, Paulo Teixeira e Carlos Zarattini, o vereador Eduardo Suplicy, o ex-vereador Nabil Bonduki e a militante do movimento negro Kika da Silva.

As prévias marcadas para 22 de março foram canceladas pela

Executiva Municipal no dia 17, em função do avanço da epidemia, em particular em São Paulo, para não colocar em risco os filiados, com prévias que seriam muito esvaziadas. O PT decidiu também que o prazo para a escolha é o mês de abril e encaminhou consulta ao Diretório Nacional sobre a forma de escolha, considerando a excepcionalidade da situação.

O fato é que urge definir a candidatura petista na capital paulista, em função de sua importância na disputa eleitoral que se avizinha. As instâncias do partido, no caso o Diretório Municipal, dada a situação excepcional, têm legitimidade para fazer esta definição.

Correspondente

Algumas das medidas do PT para a crise atual

DN apresenta proposta em defesa dos trabalhadores

- ★Descongela imediatamente recursos da Saúde represados pela Emenda Constitucional 95, aporte de R\$ 21 bilhões ao SUS;
- ★Garantir a oferta de kits reagentes para exames;
- ★Determinar estabilidade no emprego e manutenção dos salários pelo tempo que durar a pandemia.
- ★Retomar obras paralisadas e contratar emergencialmente trabalhadores;
- ★Abono emergencial para o salário mínimo;
- ★Incorporar imediatamente as 3,5 milhões de famílias na fila do Bolsa Família
- ★Suspender os processos de privatização,
- ★Fixação do preço do botijão de gás em R\$ 49.
- ★Revogar a EC 95 para recuperar os investimentos
- ★Suspensão do trâmite das PECs 186, 187 e 188

DN-PT, Brasília,
13 de março de 2020

ELEIÇÕES 2020: LUTA POR CANDIDATURAS PRÓPRIAS DO PT

No debate sobre estratégia para as eleições municipais deste ano, a questão das candidaturas próprias do PT assume um lugar especial.

Em meio ao aprofundamento da crise econômica (agravada, mas não gerada) pela pandemia do coronavírus, a afirmação do PT como instrumento que pode liderar os trabalhadores rumo a uma saída independente, se expressa na definição do maior número possível de candidaturas do partido.

No 7º Congresso Nacional do PT o Diálogo e Ação Petista apresentou e

aprovou a seguinte emenda:

“O PT deve ser protagonista nas eleições municipais de 2020, lançando candidaturas próprias onde for possível. O PT, que não nasceu para ser força de apoio, deve puxar uma frente democrática e anti-imperialista contra Bolsonaro e os golpistas. As alianças necessárias são programáticas, com base numa plataforma de governo que contemple as demandas mais imediatas do povo, ou seja, alianças anti-imperialistas, nos termos do 6º Congresso do PT, com partidos como PCdoB e PSOL, e setores populares

do PSB, PDT e outros. Não cabem alianças com partidos que dão sustentação ao programa de destruição da nação e dos direitos da classe trabalhadora. Não será de ‘de esquerda’ nem ‘ampla’, uma frente que não traxer as principais reivindicações do povo e a exigência de anulação dos processos de Lula”.

Apesar do Congresso ter decidido, a reunião da Executiva Nacional do PT (fevereiro) modificou (flexibilizando) esta resolução.

Há os que buscam alianças com partidos da base de governos estaduais

petistas -que incluem partidos golpistas – em nome de uma ampla frente, e há também os que defendem que o PT renuncie à candidatura própria em nome de uma “frente de esquerda estratégica”, como é o caso de Porto Alegre.

O DAP segue na batalha para que o PT tenha o maior número de candidatos possível, em alianças nos moldes definidos pelo 7º Congresso. Além da crise mundial, acelerada pela pandemia, a escalada autoritária do governo Bolsonaro, atualiza com força esta necessidade.

LINO PRÉ-CANDIDATO EM FLORIANÓPOLIS



O presidente do Partido dos Trabalhadores de Santa Catarina, Décio Lima, participou no dia 13 de março do lançamento da pré-candidatura do

vereador Lino Peres à prefeitura de Florianópolis.

O ato, realizado em frente ao Instituto Arco Íris, contou com a presença de diversas lideranças da capital, sindicalistas, dirigentes das ocupações, de associações de bairro e do MST, e cerca de 400 militantes. O ato contou também com a presença de militantes do PSol, PCdoB, PCB de PDT.

“Esse momento marca o início de

uma nova fase do protagonismo que o nosso partido terá em Florianópolis”, afirmou o presidente Décio Lima.

O vereador Lino Peres, professor, arquiteto e urbanista, é aderente do Diálogo e Ação Petista. “Este ato e este apoio à nossa candidatura já mostram como concebemos um projeto para a cidade, com o povo e para o povo”, disse Lino.

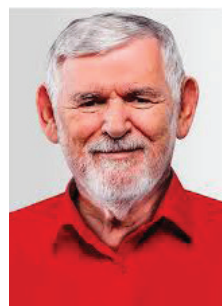
A atividade ocorreu ao longo do dia e da noite. O PT de Florianópolis ainda vai decidir oficialmente a estratégia eleitoral. O expressivo apoio ao nome de Lino Peres demonstra a vontade da militância por uma candidatura própria do PT.

Além de Lino, se inscreveram como pré-candidatos do PT, a professora Elenira Vilela (EPS) e o advogado Gabriel Kazapi (MS).

Em princípio, um encontro municipal do PT de Florianópolis foi marcado para o dia 28 de março. Calendário e forma de escolha que estão em discussão em função das restrições impostas pela situação diante da epidemia do coronavírus.

Correspondente

EM JOÃO PESSOA, A INDEPENDÊNCIA DO PT ESTÁ EM JOGO



Em João Pessoa, capital da Paraíba, as correntes internas do PT divergem sobre a estratégia eleitoral, mas a probabilidade de que o PT tenha candi-

dato próprio é grande.

No dia 29 de fevereiro, em reunião do Grupo de Trabalho Eleitoral (GTE) nacional, com as executivas municipal e estadual, os deputados José Guimarães e Paulo Teixeira disseram que o PT defende candidatura própria na cidade.

Eles acrescentaram que Lula viria fazer campanha para o petista Luiz Couto, ex-deputado federal e candidato a senador na última eleição, quando quase foi eleito.

O debate entre os presentes mostrou que há basicamente três posições. Defenderam a candidatura própria o DAP, a Articulação de Esquerda e parte do CNB.

Outra parte (CNB e Militância Socialista) deixou claro que quer manter a aliança com o governador João Azevedo, hoje no Cidadania. Por fim, a tendência local Protagonismo PT e outro setor do CNB quer seguir o caminho que o ex-governador Ricardo Coutinho (PSB) indicou. Coutinho hoje é alvo da “lava jato paraibana” (Operação Calvário).

O PT municipal já conseguiu montar a chapa proporcional com 42 nomes. É mais um forte indicativo de que a militância quer o partido com cara própria nas eleições.

No encontro para tratar do planejamento do PT, dia 7 de março, o DAP esteve presente do início ao fim. Nesse encontro, a presidente do PT tentou encaminhar por aclamação uma reunião de frente ampla em João Pessoa, com DEM, Cidadania e até o PSL.

A intervenção do DAP foi fundamental para que a proposta fosse rejeitada.

Fenando Cunha

ENCONTRO ADIADO EM SALVADOR

A discussão sobre a pré-candidatura do PT à prefeitura de Salvador esquentou. A Executiva do PT de Salvador, por maioria, decidiu adiar a data do decisivo Encontro Municipal para dia 21 de março (neste momento, também em risco por causa da pandemia do coronavírus). Ora, o principal argumento para a não

realização das prévias foi justamente o tempo de decisão.

Além disso, a maioria da Executiva também decidiu realizar apenas um debate preparatório ao Encontro (eram três, aprovados no DM), o que inviabiliza a militância de conhecer o que defendem as 5 pré-candidaturas.

O adiamento de todo o calendário

e discussão anterior ao Encontro “coincidiu” com a filiação da candidata do governador Rui Costa, major Denice Santiago. Em reunião conjunta das executivas municipal e estadual, Denice se apresentou e foi apreciado o pedido de sua filiação. O DAP se absteve da votação, por entender que não havia motivos políticos para votar

contra. Ao mesmo tempo, filiando-se para ser candidata, sem a militância a conhecer politicamente, não havia motivos para votar a favor.

Agora, a militância do PT aguarda, ansiosamente, que os debates aconteçam para que se possa ouvir as possíveis candidaturas.

Correspondente



Lino lança pré-candidatura em ato com a presença de Décio Lima, presidente do PT-SC

Correspondente

Defender o povo trabalhador da recessão

A crise que já existia se acelera, desnuda o governo e exige medidas de emergência

Antes da entrada do coronavírus no Brasil, o governo Bolsonaro já havia entregado o “pibinho” de 1,1% de 2019, fruto da política econômica de Paulo Guedes.

Também vêm de antes as provocações e ações golpistas de Bolsonaro e a subserviência de todo o seu governo ao imperialismo dos EUA e seu atual chefe, Donald Trump.

Da mesma forma que a crise do sistema capitalista mundial já vinha de antes e é acelerada pela pandemia,

demonstrando, ao mesmo tempo, a incapacidade desse sistema de proteger os povos de um vírus, no Brasil tudo se acelera e nada será como antes passada a tormenta.

Mas, agora, estamos no meio dela e a prioridade absoluta é a de preservar a existência dos trabalhadores e de suas organizações sindicais e políticas, preservar a vida do povo oprimido, para que, adiante, se possa salvar a humanidade da destruição para a qual o sistema imperialista a empurra.

Daí a importância das exigências levantadas pela CUT e demais centrais sindicais (ver abaixo), de medidas de proteção à saúde, à vida, ao emprego, aos salários. De proteção também aos trabalhadores informais e desempregados.

Dinheiro e recursos existem, no Brasil e no mundo, e estão nos bolsos da ínfima minoria de grandes capitalistas e especuladores. Eles devem ser colocados a serviço da maioria explorada e oprimida da nação.

Não será fácil – a pandemia impedirá grandes aglomerações por um período – mas a luta de classes encontrará seus caminhos. Para defender o povo trabalhador da inevitável recessão econômica que virá, impõe-se a luta pelo fim do governo Bolsonaro, um verdadeiro fator de caos, como suas medidas e ação aventureira demonstram, que impede qualquer saída positiva para a nação.

Julio Turra

Centrais sindicais propõem medidas de proteção

Estabilidade no emprego com garantia de salário é fundamental

Um dia antes da Jornada de Lutas de 18 de março (ver ao lado), dez centrais sindicais – CUT, Força Sindical, Nova Central, CTB, UGT, CSB, Intersindical-CCT, Conlutas, Intersindical-IL e CGTB – divulgaram um documento intitulado “Medidas de proteção à vida, à saúde, ao emprego e à renda dos trabalhadores e trabalhadoras”.

Nele podemos ler: “O vírus chega ao Brasil em um momento de estagnação econômica, desmonte dos serviços públicos, aumento da pobreza e no qual o mercado de trabalho está fortemente desajustado, com alto desemprego e com grande parcela dos ocupados em empregos informais, portanto, fora de qualquer proteção social, em razão das políticas econômicas adotadas, que subtraem recursos da área social.”

Após criticar a atitude de Bolsonaro em 15 de março e de sublinhar que “é hora de reconhecer a importância

da política pública de saúde e do sistema universal”, o documento elenca 38 medidas emergenciais, das quais destacamos as seguintes:

Ampliar o investimento público

É proposta a suspensão do teto de gastos (EC 95) para fortalecer os serviços públicos, em particular saúde e proteção social. Suspensão da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), para que estados e municípios possam investir no combate à pandemia.

No mesmo sentido se propõe a suspensão do pagamento da dívida pública, a revogação da EC 86 que reduziu os valores obrigatórios para a saúde e a suspensão de todas as votações no Congresso que excluem direitos da classe trabalhadora, como a MP 905 e as PECs emergenciais enviadas pelo governo Bolsonaro.

Nenhuma demissão

Dentre as 17 medidas de proteção

da classe trabalhadora, a mais importante é a garantia de estabilidade no emprego durante o período de crise, sem redução de salários e com renda para os trabalhadores informais.

Isso com o aporte de recursos públicos existentes ou que sejam criados para este fim.

Tal garantia se estende inclusive se houver confinamento geral ou fechamento de empresas por questões de saúde.

Ampliar o período de seguro-desemprego, considerar falta justificada a do trabalhador ou trabalhadora que ficar em casa para cuidar de filhos de até 12 anos com aulas suspensas, pagamento de auxílio-creche (1 salário mínimo), apoio financeiro ao trabalhador informal através de Seguridade Social, estão entre as medidas, bem como força tarefa para liberar a fila do INSS e, o que é muito importante, garantir a ultratividade dos acordos e convenções coletivas

por 180 dias ou até a superação da crise sanitária.

O documento das centrais ainda propõe medidas de proteção à população mais vulnerável e de segurança alimentar – tais como congelamento de preços de itens de primeira necessidade, redução do preço do botijão de gás a 40 reais, merenda escolar mesmo sem aulas – e termina insistindo no aumento dos gastos e investimentos na saúde pública.

São medidas positivas, mas cabe a pergunta: o governo Bolsonaro será capaz de aplicá-las, ou será necessário nos livrarmos dele para combater a pandemia aplicando as medidas levantadas pelas centrais?

MP 905 “verde amarela” é votada

Senadores do PT acionam STF por “violação do processo legislativo”

Em 17 de março, a comissão mista, em um plenário vazio, aprovou parecer favorável à Medida Provisória 905 que flexibiliza ainda mais os direitos trabalhistas com a “carteira verde amarela” e outras medidas.

O presidente da comissão, Sérgio Petecão (PSDB-AC), recusou a proposta de suspensão da sessão do senador Rogério Carvalho (PT-SE) e tocou a votação, remetendo a MP ao plenário da Câmara.

Os senadores petistas Paulo Paim (RS) e Paulo Rocha (PA), que não puderam participar da comissão por restrições impostas pelo Congresso a maiores de 60 anos em função do COVID-19, acionaram o STF no

dia 18 para suspender a sessão por “agressão ao direito dos impetrantes a participar do processo legislativo”.

Num momento de emergência sanitária, é um escândalo avançar na flexibilização e destruição de direitos trabalhistas. Mas o governo, quando se trata de atacar os trabalhadores, tem apoios no Congresso, a começar pelos presidentes das duas casas.

Recordemos que a MP 905 prevê taxar em 7,5% o seguro desemprego (relator mudou para 5%), enquanto os patrões deixariam de pagar 34% de tributos (INSS, contribuições para o sistema S e taxa do Incra). Ela reduz insalubridade e periculosidade, diminui a contribuição do INSS para

2% (hoje é 8%) do trabalhador, reduz a multa por demissão de 40% para 20% do FGTS, permite o trabalho nos fins de semana, retira dos sindicatos a possibilidade de negociação da PLR (participação nos lucros e resultados).

A MP ainda faz prevalecer o negociado sobre o legislado, sonho dos patrões, sem a presença dos sindicatos, de forma individual com cada trabalhador.

Do que vale a palavra de Rodrigo Maia que só seriam votados consensos neste período de pandemia?

O legislativo deveria cancelar todas as votações que não fossem para adotar medidas de proteção ao povo diante do coronavírus.



SINTRACAL

NOTA DA SINTRACAL-BAHIA SOBRE NOVO CORONAVÍRUS E O TRABALHO NA FÁBRICA DASS

O novo Corona Vírus merece atenção, cuidados e prevenção, além de muito esclarecimento e solidariedade de todos.

Nossa categoria calçadista labuta nas fábricas, locais de concentração de pessoas, e é preciso avaliar os passos a serem dados dia a dia durante a epidemia deste vírus.

Especificamente, na empresa, sabemos que alguns cuidados estão sendo tomados.

Mas, dada a gravidade da situação, o SINTRACAL está em negociação com o sindicato patronal e exige a paralisação imediata das atividades, com direito à remuneração dos funcionários, para que se recolham às suas casas onde estarão mais seguros.

A situação é séria! Fazer sapatos não vale a vida das trabalhadoras e trabalhadores.

PAREM AS MÁQUINAS! FECEM A FÁBRICA!

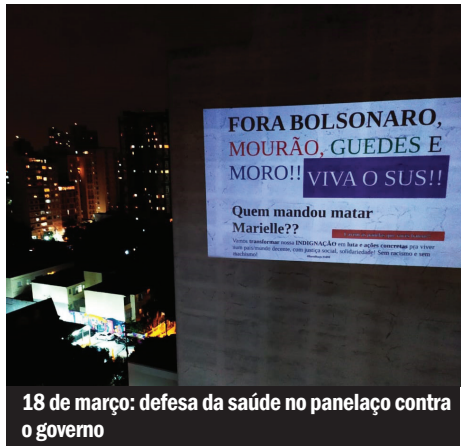
Seguiremos juntos, ombro a ombro com cada trabalhadora e trabalhador nesta batalha.

Vitória da Conquista - BA, 19 de março de 2020

Calçadistas de Vitória da Conquista (BA), exigem, através de seu sindicato (Sintracal) que a fábrica DASS pare as atividades, sem prejuízo dos salários.

18 de março: “barulhaço” contra Bolsonaro

Com greve em casa, jornada ressalta a defesa dos serviços públicos para conter a epidemia



Divulgação

Para evitar aglomerações em função do contágio pelo coronavírus, a jornada de greves e paralisações de 18 de março, desdobrou-se em ações sindicais em unidades do serviço público, em particular da saúde.

A irresponsabilidade do governo Bolsonaro diante da crise sanitária empurrou estados e municípios a

tomar medidas de prevenção: prefeitos e governadores decretaram estado de emergência, equipamentos públicos foram fechados, adotando-se o teletrabalho, redes de educação também. Assim os sindicatos orientaram manter as greves e paralisações previstas ficando em casa.

Em Minas Gerais, os professores, que já estavam em greve, reforçaram o dia 18. Em Juiz de Fora, com a rede municipal em greve, o prefeito cancelou as aulas. Em Florianópolis, os servidores municipais haviam deliberado greve a partir de 16 de março, como o prefeito decretou estado de emergência, a categoria decidiu adiá-la, participando através do Sintrasem de ações no dia 18.

No Paraná, a secretaria de Educação do governo Ratinho determinou que as escolas estaduais fossem reabertas em 20 de março. “Essa medida é um

absurdo. O governador acaba de editar um decreto com medidas de prevenção e, na contramão, estabelece que as escolas permaneçam abertas, expondo diretores, funcionários e a própria comunidade à doença”, respondeu Nádia Brixner, APP-Sindicato.

Em São Paulo, em vários bairros, houve ações diante dos hospitais do servidor público municipal e do servidor público estadual e Sucen (Controle de Endemias), onde os trabalhadores estão em assembleia permanente. O Sindsep (sindicato dos municipais) fez aula pública na Covisa (Vigilância em Saúde), com Juliana Salles, do sindicato dos Médicos e executiva da CUT-SP, que além de alertar sobre os cuidados necessários, denunciou o corte e congelamento de gastos da EC 95 por 20 anos, como um fator que piora o combate à epidemia, colocando a necessidade de sua revogação.

“Barulhaço” se amplia em todo o país

Os gritos de “Acabou Bolsonaro”, “Fora Bolsonaro”, “Já deu, governo de milicianos”, acompanhados de “panelaços” nas janelas e sacadas de prédios, começaram a tomar conta de várias capitais e cidades, desde a hora da coletiva do presidente e seus ministros “fantasiados” com máscaras na tarde do dia 18, prolongando o que já havia ocorrido na véspera.

O pico do “barulhaço” ocorreu à noite (20h30), atingindo inclusive periferias, e foi registrado com destaque por jornalões e pela Globo, mostrando a revolta que cresce contra um governo que é um obstáculo para se combater a epidemia. Essa forma de protesto, na impossibilidade de atos de massa nas ruas, certamente vai continuar.

João B. Gomes

Mais uma bofetada: corte de salário e jornada pela metade

“Pacote” de Guedes alivia empresários e dá esmola de 200 reais aos informais

O ministro Paulo Guedes anunciou iniciativas do governo como: cortar em 50% jornadas e salários; facilitar férias coletivas, com aviso da empresa 48 horas antes (ao invés de 2 semanas); suspender o pagamento do FGTS ao trabalhador, para dar fluxo de caixa às empresas; flexibilizar regras de Banco de Horas e trabalho remoto; um “vale” para os informais de 200 reais.

Na coletiva dos “mascarados”, ele ainda ameaçou que, se a situação apertar, como está na cara que vai ocorrer, “posso derrubar todos os encargos trabalhistas”. Em nome da “preservação dos empregos”, o ministro só alivia para o lado dos patrões e dá mais uma bofetada na cara da classe trabalhadora.

As centrais sindicais (ver pág. 6),

exigem estabilidade no emprego e garantia dos salários atuais, e não sua redução pela metade.

Se fábricas e empresas suspendem seu funcionamento, os salários e empregos devem ser mantidos, o mesmo para jornadas reduzidas, férias coletivas ou trabalho remoto.

Recursos existem, muito além dos 15 bilhões para um “vale” de 200 reais para os informais, o que dá míseros 6,5 reais por dia.

O que dizer então de “uma das ideias debatidas”, segundo técnicos da pasta (FSP 19|03), de suspender o contrato de trabalho com acesso ao seguro desemprego?

Num país com mais de 12 milhões de desempregados, mais gente vai disputar esse seguro, perdendo seu salário.

Se o governo não faz, façamos nós

O governo vai retardar ao máximo, com apoio empresarial, uma quarentena para deter a contaminação, ainda que isso coloque em risco a saúde do trabalhador, de sua família e vizinhos.

Não é só no Brasil que a ganância se sobrepõe à vida, isso é da essência do capitalismo.

Na Espanha, a fábrica da Mercedes no País Basco foi parada por decisão de uma assembleia dos trabalhadores, contra a direção que queria todo mundo no batente.

No Chile, sindicatos e movimentos populares discutem uma “greve geral humanitária” que imponha uma quarentena no país, diante do descaso com a saúde do povo do governo Piñera (ver pág. 10).

Aqui, montadoras começam a

demitir, como a CAO de Jacaré (SP) que botou 50 operários na rua, outras dão férias coletivas, como em cinco fábricas da GM e na Mercedes de São Bernardo. O sindicato dos metalúrgicos do ABC, preocupado com a pandemia, lançou um alerta: “Ou as empresas param até dia 30 (de março) ou nós paramos as empresas”. Ele está certo, pois, como diz a Tribuna Metalúrgica, “o trabalhador não vai pagar mais este pato”.

A experiência mundial mostra que é preciso quarentena para combater a pandemia, quanto antes melhor. Se governo e patrões querem empurrar com a barriga, que os trabalhadores e seus sindicatos a imponham.

Lauro Fagundes

Ocupação exige solução do prefeito

Famílias da Vila Maria, zona norte da capital paulista, querem regularizar terreno

A Ocupação Douglas Rodrigues, com duas mil famílias no bairro da Vila Maria em São Paulo, iniciou campanha, dirigida ao prefeito Bruno Covas (PSDB), contra a ameaça de despejo do Judiciário estadual.

Trata-se de uma ação que já dura sete anos, mesmo com as provas dadas de que a empresa que reclama o terreno (50 mil m²), é parte de um grupo econômico que deve mais de 1 bilhão de reais para a Fazenda

Nacional, sendo a sua propriedade, portanto, uma fraude. Os juízes ignoraram os recursos.

A exigência é que Covas tome uma medida jurídica chamada de Arrecadação, constatando que o terreno esteve abandonado por mais de cinco anos e que existem débitos de mais de 8 milhões de IPTU, o que configura abandono do imóvel. Com essa medida a Prefeitura abriria um processo de regularização fundiária,

com o loteamento sob sua responsabilidade. É a saída mais curta para o poder público resolver o caso.

A campanha já conta com adesão de entidades populares, partidos, associações, sindicatos, CUT, personalidades democráticas e entidades como a OAB. Em 16 de março, o movimento conseguiu adiar uma ação de reintegração de posse por 6 meses, em função de recursos que correm recursos em 3ª Instância. Enviem mensagens

de entidades e individuais ao prefeito: “Solicito ao Senhor Prefeito Bruno Covas que seja adotada a medida de Arrecadação do terreno da Ocupação Douglas Rodrigues para evitar uma reintegração de posse que atingirá milhares de pessoas na Vila Maria”.

Enviar e-mail para
 prefeito@prefeitura.sp.gov.br,
 Com cópia para:
 mivmdouglasrodrigues@gmail.com

Aonde vai o Brasil?

A “calamidade” é o governo Bolsonaro

A crise é mundial, mas o tumulto Ano Brasil talvez seja maior. Basta ver que nas últimas semanas - mesmo se o governo dá uma sinalização e depois a contraria - a Bolsa cai e o dólar sobe. A crise está no governo. Ele convoca uma coletiva de imprensa, mas cai na popularidade!

Em momentos de tumulto é preciso fixarmos as tendências de fundo.

Bolsonaro avança e recua, mas segue sua escalada bonapartista autoritária contra os direitos e a soberania, apoiada no capital financeiro. É da sua natureza não esperar 2022. Frente à crise econômica e à pandemia ele continua: faz tramitar a MP 905 (ver pág. 6), abre para a redução de salários, inventa o vale de R\$ 200 mensais para viver, realmente não coordena muito e deixa à míngua o SUS sucateado há anos.

Mas a sua força de rua (“fascista”) ainda é limitada para quebrar as entidades sindicais e populares, assassinar os dirigentes etc. Por isso, nessa aventura ele depende muito de dois fatores: arrastar as Forças Armadas, as PMs e as milícias, de um lado, e da passividade da oposição, do Congresso e do STF, de outro lado. O realismo mostra que ele está sendo bem servido.

Nas coletivas de imprensa no Planalto dia 18 de março, ele reivindicou os atos golpistas e de sabotagem sanitária do domingo dia 15. E ainda convocou para os novos atos em 31 de março na porta dos quartéis!

Ele não parece ter girado para uma “união nacional”, como quer a boa

parte da classe dominante em vários países. Aqui, ele quer usar a crise e a pandemia para aprofundar a escalada. Maia não foi no Planalto para se preservar, o vira-casaca Toffoli foi. E Orlando Silva (PCdoB) se prestou a relator do decreto de “calamidade pública”.

Dia 18 o pêndulo se moveu

Mas a marca deste dia 18 não foi isso. Depois que as centrais sindicais suspenderam manifestações de rua por razões sanitárias (ver pág.7) foi marcado pelo painel nas grandes cidades que começou espontâneo no dia anterior e sufocou a tentativa de contra painel. Neste dia, se viu que o pêndulo das classes médias - boa parte ex-bolsonaristas - se moveu. Os trabalhadores ainda não entraram em cena, mas foi um dia para a história, pelo impacto da mobilização social possível nesta situação.

É normal que as sacadas ecoem “Fora Bolsonaro” e vários insultos, mas não muito para um impeachment, apesar do evidente o crime de responsabilidade.

É a reacionária deputada Janaína Paschoal quem explica que não há “tempo” para impeachment e, coerente, propõe a renúncia para Mourão assumir, o que dá no mesmo, e continuar o mandato deste governo. Mais “ousado”, mas não menos reacionário, o governador Dória joga a Antecipação das Eleições Presidenciais para junto das Municipais de outubro, enquanto



Painel de 18 de março ocorreu nas grandes cidades do país

Maia na Câmara certamente faria as reformas e o traíra Toffoli bancaria. Tem muita gente buscando uma saída... mas os que gritavam “Fora” não pediram Mourão nem Maia.

Fim do Governo Bolsonaro é o único caminho

As pautas de reivindicação e propostas emergenciais de saúde e segurança para proteger os trabalhadores são o foco das organizações. Mas uma diferença com muitos países nesta crise mundial, é que no Brasil houve um salto imediato nos protestos contra o governo de plantão.

Surpreendente? É que uma parcela maior do povo percebeu que não vai melhorar nada, nem enfrentar a pandemia com esse governo!

Na história das lutas sociais aconteceu de terríveis catástrofes - guerras, bancarrotas - acabarem levando o povo à radicalização da luta pela

emancipação. Ele pode entender em meses, desafios que não compreendeu em décadas. Depende de vários fatores, e do que fizerem suas lideranças principais.

A conclusão prática é, apesar da situação difícil, levantar a cabeça. Ligar as exigências econômicas e sanitárias às grandes reformas para salvar a nação do desastre. E, para isso, integrar a luta pelo fim da “calamidade”, o governo Bolsonaro, no debate e na mobilização social.

O que será um passo, para, com o povo na rua, logo mais, terminar com esse sistema apodrecido através de uma Assembleia Constituinte que refunde as instituições - com um novo governo -, que anule as medidas de Temer e Bolsonaro, e reerga o Brasil com democracia e justiça social.

JAL

“Trabalhamos muito próximo das nações aliadas”

Comandante do Comando Sul dos EUA sobre o acordo militar com governo Bolsonaro

Os governos do Brasil e Estados Unidos assinaram em 8 de março o Acordo de Pesquisa, Desenvolvimento, Teste e Avaliação (RDT&E, na sigla em inglês). Foi firmado em jantar realizado no Comando Sul (U.S. Southern Command), na Flórida, com a presença de Trump e seu vassalo Bolsonaro.

O Comando responde por ações das Forças Armadas dos Estados Unidos na América Central, América do Sul e Caribe.

Assinaram também o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas do Brasil, Tenente-Brigadeiro Botelho, e pelo comandante do Comando Sul dos EUA, Craig Feller. O acordo, que começou a ser negociado logo depois do golpe de 2016 - o general Braga Neto, agora da Casa Civil, é um de

seus negociadores - deverá servir de “guarda-chuva” para todas as ações militares na América do Sul. Artigo de José Luís Fiori e William Nozaki chama a atenção para o problema.

Na ocasião da assinatura, Craig Feller declarou: “assinamos um acordo histórico hoje, que abrirá caminho para o compartilhamento ainda maior de experiências e informações. Trabalhamos muito próximos das nações aliadas”, além disso fez referências explícitas à Venezuela e à Bolívia (Valor Econômico, 8/03).

O objetivo central e imediato, claro, é a Venezuela. Mais ainda, é dentro dessa mesma ofensiva, que melhor se entende a nomeação do General Mourão para o comando unificado do Conselho da Amazônia, do qual foram excluídos todos os governadores da região, que

ficarão afastados de informações e decisões, como uma eventual ação contra a Venezuela. Uma situação que parece cada vez mais verossímil depois que o governo brasileiro retirou seus diplomatas da Venezuela e notificou vários funcionários e diplomatas venezuelanos de que devem abandonar o Brasil no prazo de 60 dias. É uma escalada, depois do acordo com os EUA de liberação do lançamento de foguetes e satélites da Base de Alcântara, e da transformação do Brasil em aliado preferencial extra-OTAN.

No cenário econômico mundial catastrófico, agravado pela pandemia, que leva os governos a crises sem precedentes, as guerras são um dos pratos preferidos do imperialismo para unificar os senhores em tempos de crise. E foi o que Trump

anunciou no seu discurso sobre o “Estado da União”, em fevereiro, quando mencionou o “cerco, o bloqueio naval ou o ataque direto à Venezuela, em tempo de driblar a epidemia, a recessão e a crise de sua indústria do petróleo”, sendo aplaudido pelos congressistas republicanos e democratas. O mesmo também pode servir ao governo brasileiro, que já conta com militares nos principais cargos, e que poderia passar a governar por “decreto” e por cima do Congresso Nacional, em caso de uma “emergência de segurança nacional” desse tipo. É só o que pode oferecer o imperialismo: a destruição, a exploração, a guerra e a pilhagem.

Tiago Maciel

Para enfrentar o coronavírus no Brasil

É preciso recursos para o SUS e tirar da frente um governo irresponsável

Ao nos depararmos com essa doença nova nos encontramos frente a inoperância do Governo e Ministério da Saúde e a realidade do Sistema de Saúde Público, com diversos desafios para os trabalhadores ao enfrentar a situação.

No Brasil o primeiro caso ocorreu em 27 de fevereiro, e a pandemia foi anunciada em 11 março, e seguindo a progressão esperada teremos 10x o número de casos a cada sete dias. Isso significa uma projeção para o final de março de 5000 casos confirmados no país. Os sintomas na maioria parecem ser leves, semelhantes a gripe (80% dos casos). Porém a maior mortalidade se dá nas faixas etárias acima de 60 anos e com doenças prévias cardíacas como pressão alta, diabetes, doenças pulmonares, pessoas imunossuprimidas como em tratamento para câncer.

70% da população depende do SUS

No Brasil há uma discrepância em atenção à saúde para quem usa o sistema público e o privado e uma discrepância regional de acesso a serviços e leitos. São 47 mil leitos de Terapia Intensiva (UTI) e o Sistema Único de Saúde Público tem apenas 44% desses leitos, sendo que 70% da população é atendida exclusivamente



Nos últimos 10 anos o SUS perdeu 43 mil leitos

por essa faixa. O número de leitos no Norte, Nordeste e Centro-Oeste é também muito reduzido em comparação às outras regiões. No Hospitais Públicos as UTIs já estão constantemente cheias, com 95% de ocupação.

Temos uma restrição há mais de três anos de investimentos no SUS, são mais 22 bilhões que não foram investidos e que gerarão impacto agora nos leitos, equipamentos, proteção dos trabalhadores e nossa sobrevida.

O ponto chave da atuação nessa pandemia mostrado pelos países atingidos foi a da implantação das medidas restritivas de isolamento social como a principal arma para combater a disseminação do vírus,

e com isso impedir que o sistema de saúde colapse e que mais pessoas sejam contaminadas e mais mortes ocorram!

Medidas além da necessidade

Essas medidas vêm acontecendo muito além da necessidade! São Paulo e Rio de Janeiro, com casos já na comunidade desde 12 de março, decretaram somente dia 17 estado de emergência pública, e as escolas públicas em São Paulo só irão fechar a partir do dia 23! O próprio Bolsonaro em isolamento se presta a cumprir e se aproximar de outros em manifestações no dia 15. E permanece a criticar as medidas tímidas e atrasadas dos Estados que deviam

ser aplicadas por ele, e a minimizar a doença e os óbitos causados por ela. Absurdo, um crime!

Inúmeros problemas se colocam aos trabalhadores. Os trabalhadores da linha de frente, os da saúde, em São Paulo tiveram férias suspensas por 60 dias. Muitos deles principalmente nas Unidades Básicas, Ambulatórios, e UPAS denunciam a falta de Equipamentos para proteção Individual (EPI – máscara, avental, óculos, luvas) e estarem sendo coagidos a atender mesmo na ausência dessa proteção.

E na sequência o acometimento a toda classe de trabalhadores do início dos óbitos, são sete já confirmados (em 19/03) e muitos outros em investigação. Não temos leitos suficientes, os recursos estão contingenciados, medidas restritivas não estão sendo aplicadas com a devida seriedade pelo governo. Foi prometido pelo Ministério da Saúde 5 bilhões e 2.000 mil leitos de UTI, e até agora nem meio bilhão liberado!

A única saída para nós trabalhadores é cobrar a nossa garantia da seguridade social: saúde, direitos previdenciários e de assistência social, e a manutenção de renda e salário que garantam a sobrevida nesse período!

Juliana Salles

Dallagnol anima convocação de atos bolsonaristas

Novas reportagens detalham cooperação ilegal entre Lava Jato e autoridades dos EUA

O procurador Deltan Dallagnol, coordenador da Operação Lava Jato, com a desculpa de fazer um balanço de seis anos da operação, agitou a convocação dos atos bolsonaristas do dia 15. Ao conceder entrevista coletiva, cinco dias antes, lamentou “decisões e posições do Parlamento e do Supremo Tribunal Federal que acabam resultando em dificuldades do exercício do nosso trabalho”.

Como se sabe, o mote oficial das manifestações era contra o STF e o Congresso Nacional. Dallagnol listou as “dificuldades”: remessa de investigações sobre crimes eleitorais para a Justiça Eleitoral; determinação de que réus apresentem alegações finais depois de ouvir acusações trazidas por réus delatores; impedimento de prisão de condenados sem que todos os recursos tenham sido esgotados. Medidas democráticas, ainda que limitadas, que a Lava Jato não aceita.

As reportagens da série #VazaJato comprovaram que, por trás da operação, há um grupo político, coordenado por Sergio Moro, que atuou de

forma ilegal para condenar Lula sem provas. Assim, retirou-o da disputa presidencial, na qual seria provavelmente eleito em primeiro turno.

Ficou evidente também a subordinação desse grupo aos interesses do imperialismo. Nas mais recentes matérias, publicadas por The Intercept Brasil e Agência Pública, as conversas entre os procuradores escancararam uma colaboração secreta com o Departamento de Justiça (DoJ) dos Estados Unidos.

Submissão ao DoJ

Qualquer investigação de autoridades estrangeiras em território brasileiro tem de passar pela intermediação do Ministério da Justiça. A Lava Jato tramou com integrantes do DoJ a vinda de uma delegação dos EUA, em 2015, sem respeitar isso. Na época, a companheira Dilma Rousseff ainda estava na Presidência. Os estadunidenses interrogaram brasileiros, no Brasil, sem que a autorização tenha sido dada oficialmente.

Os procuradores demonstram

submissão aos estrangeiros. “Americanos não querem que divulguemos as coisas”, afirmou Dallagnol, em conversa com um assessor. Tudo teria de ficar em segredo.

As conversas mostram ainda que a Lava Jato trabalhava para que os EUA impusessem uma multa bilionária à Petrobras, para terem acesso a uma parcela do dinheiro. Os procuradores queriam criar uma fundação, com R\$ 2,5 bilhões provenientes dessa multa. Diante da repercussão negativa, a fundação não prosperou.

A defesa do Lula já havia denunciado a colaboração ilegal. Há dois anos, em março de 2018, durante julgamento no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, apresentou provas que deveriam levar à anulação do processo.

Um vídeo divulgado pela defesa mostrava declarações de participantes de um evento, ocorrido em 2017, que discutiu as “lições” do Brasil na luta contra a corrupção. Entre os palestrantes, estava Kenneth Blanco, dirigente do DoJ. Ele não se incomodou

em dar detalhes da “cooperação informal” com a Lava Jato. Destacando a condenação de Lula, disse que o DoJ ajudou na coleta de provas e na preparação do caso.

Está mais do que provado: as condenações de Lula têm de ser anuladas!

Cláudio Soares

CAI FORA, BOLSONARO!

Degradação e morte. É o que vem à cabeça quando se fala em Jair Bolsonaro. Ao participar de ato em Brasília, no dia 15, ele fez exatamente o oposto do que deveria, na situação de propagação do novo coronavírus. Entrou em contato com vários apiguados, mesmo sabendo que integrantes de sua equipe estão com o covid-19. E ainda chutou um boneco que representava Lula, em mais um gesto de incentivo à violência que é a sua marca. Basta deste governo de destruição, com todos os seus generais e milicianos!

“Se os poderosos não cuidam, faremos nós”

No Chile, sindicatos chamam à greve humanitária



Santiago 8 de março, mais de um milhão de mulheres se manifestam

Havia um previsível aumento das mobilizações no país em março e, efetivamente, desde o final de fevereiro as mobilizações vinham sendo retomadas com mais força e havia uma robusta agenda.

O pico foi o 8 de março, no Dia Internacional da Mulher Trabalhadora, que prenunciava um futuro próximo com muita mobilização. No dia 11, houve novos protestos, liderados por

estudantes secundaristas, aos quais se somou a Unidade Social [articulação de sindicatos, partidos e movimentos, NdT], cujo eixo era “Renuncia Piñera”. Em vários setores estava em discussão uma nova greve geral.

Com a explosão da pandemia – o Chile agora é o país latino-americano com a maior proporção de contagiados em relação à população – o panorama começa a mudar.

Vários setores começam a levantar a voz contra a pífia reação de Piñera diante da crise e a clara proteção ao empresariado em detrimento dos mais necessitados. Altas dos preços de primeira necessidade, demissões indiscriminadas, mudança unilateral de contratos de trabalho, entre outros, motivaram painéis, protestos em mercados contra o abuso patronal (que não admitiam liberar os trabalhadores mais cedo para evitar a

superlotação dos meios de transportes). Empresas, como LATAM, obrigam a assinatura de anexos de contratos de trabalho rebaixando em 50% o salário, em troca da manutenção do emprego.

Em 18 de março Piñera declarou que o Chile está em Estado de catástrofe o que pode derivar em toque de recolher e levar os militares novamente às ruas. Declarou o fechamento do comércio não essencial, mas ignorou as demandas dos trabalhadores.

Bloco Sindical reage

Reunido em 19 de março, o Bloco Sindical da Unidade Social lançou uma declaração chamando à greve humanitária e quarentena para frear o coronavírus. Diz a declaração (trechos): “No dia de hoje, muita gente segue exposta à contaminação como consequências das atividades de trabalho que estão mantidas. É

incompreensível que as autoridades não decretem quarentena geral. Ante ao prognóstico do severo aumento de contagiados e ante a indecisão do governo em decretar a quarentena geral, exigimos que se corrija na maior brevidade esta atitude errática. Cada dia que se posterga milhares se convertem em contagiados e portadores. Se o governo não o faz, então devemos ser nós mesmos que convoquemos e organizemos uma greve humanitária pela vida. Uma quarentena organizada pelo povo. Uma greve de ruas vazias e não de agitação política. Em definitivo, se as autoridades e os poderosos não nos cuidam, então o faremos nós”.

A declaração encerra exigindo medidas de proteção dos trabalhadores e da maioria do povo, entre eles proibição de demissões e rebaixamento de salário e de controle de preços.

Correspondente

Venezuela, bloqueio e coronavírus

Maduro adota medidas duras e necessárias, outras devem vir

Em 18 de março, eram 33 os casos confirmados de infecção pelo coronavírus: 28 de pessoas vindas da Europa e 5 de Cúcuta, fronteira com a Colômbia. O governo decretou quarentena total desde o dia 17 de março em todos 23 estados da Venezuela.

Os voos vindos da Europa e Colômbia foram suspensos por um mês, o sistema de Saúde está em emergência com uma lista de 46 “hospitais sentinelas” em todo o país. Da China chegou material de proteção e kits de testes, e de Cuba o Interferon, que teve êxito na melhoria da defesa imunológica quando aplicado na China.

O presidente Maduro anunciou medidas de proteção dos trabalhadores e setores populares através

do sistema “carnê da pátria”. E isso, numa situação que já era terrível antes da entrada do vírus no país.

O bloqueio criminoso havia sido acentuado com a renovação por Trump da Ordem Executiva que declara o país uma “ameaça à segurança nacional dos EUA”. Assim, sanções foram adotadas contra filiais do consórcio petrolífero russo Rosneft, visando colapsar a economia venezuelana.

O porta voz de Trump, Elliot Abrams, disse que serão sancionados os clientes da PDVSA na Ásia e não descartou um bloqueio naval na costa caribenha.

Os EUA coordenam uma nova escalada com os governos do Equador, Colômbia e Brasil. Bolsonaro visitou Trump, retirou o corpo

diplomático da Venezuela e agora fecha a fronteira.

Defender o povo trabalhador

A pandemia e a quarentena trazem grande preocupação para a maioria do povo: sobre os postos de trabalho nas empresas privadas, pelos baixos salários, pela especulação dos monopólios farmacêuticos, que multiplicaram por mil o preço dos kits de proteção e especulação com alimentos e transporte.

O bloqueio e as novas sanções, combinados com a queda do preço do petróleo e a pandemia, levaram o governo Maduro a pedir um empréstimo de 5 bilhões de dólares ao FMI, do qual conhecemos as “receitas”, o que é outro motivo de preocupação.

É necessário controlar a

distribuição e os preços dos bens e serviços essenciais; a máxima eficiência na gestão dos recursos e mão dura contra desvios; maior regularidade na distribuição das CLAP (cestas básicas), além de uma CLAP-Saúde.

O governo e os empresários devem garantir os salários e de todos que estão em quarentena, respeitando a estabilidade no trabalho, garantindo condições de higiene como prevê a lei.

A centralização de todo o sistema de saúde, incluindo o setor privado, sob gestão pública com a participação e controle de trabalhadores e especialistas, também se impõe para garantir instalações que recebam os que necessitem internação.

Alberto Salcedo, de Maracaibo

Na Espanha, a exigência do fim da monarquia

Diante de uma epidemia galopante, painel exige o fim do regime

Mais de 100 mortos por dia em função da epidemia fora de controle e com o sistema de saúde em colapso por causa de cortes e privatizações nos últimos 10 anos por todos os governos.

O atual governo (Pedro Sanches, PSOE) decretou Estado de alarme em 14 de março, e no dia 17 decidiu injetar 200 bilhões para “ajudar” as empresas, sem exigir proibição das demissões.

Nesta situação catastrófica um

novo escândalo afeta a monarquia e a família real. Foi denunciada a existência de fundos obscuros de uma sociedade offshore criada pelo pai do Rei Juan Carlos I, fundos depositados em bancos suíços num total de milhões de euros.

O atual Rei, Filipe VI, publicou um comunicado em 15 de março, “renunciando” à herança do pai e o denunciando.

A incredibilidade tomou conta da massa trabalhadora da Espanha e da

maioria do povo.

Diferentes organizações, republicanas, defensores dos direitos dos povos, militantes operários, sindicalistas e até o PSOE, convocaram no dia 18 um painel às 12 e às 21 horas.

O painel se soma aos aplausos, que todos os dias às 20 horas se realiza nas sacadas do país em apoio à saúde pública e a seus trabalhadores.

Os gritos de Fora o Borbon (dinastia espanhola), ressoou por todas as

cidades e povos.

No momento em que a resistência entre os trabalhadores, assalariados e autônomos, cobrem toda a geografia, o rechaço ao regime anuncia mobilizações impetuosas que estabelecem a relação entre a defesa do emprego, do salário, as pensões, as liberdades (cerceadas pelo estado de alarme) e a exigência de acabar com a monarquia.

Correspondente

O povo argelino reafirma: chega desse regime!

Repressão e incerteza causada pelo coronavírus não arrefeceram o ânimo de luta



Libertada em fevereiro Luísa Hanune volta às manifestações

falando da “festa das mulheres” elas responderam: “não viemos festejar, viemos exigir a saída de todos vocês”.

Em 13 de março, como há um ano em toda sexta-feira, os argelinos saíram em massa às ruas do reafirmando a exigência de libertação de todos os presos políticos, o rechaço à repressão e, sobretudo, a vontade de acabar com o regime.

No dia seguinte, pela terceira vez consecutiva, as tentativas de manifestação em Argel e Oran foram duramente reprimidas.

Por causa do coronavírus, o Primeiro-Ministro pediu aos manifestantes para suspender as mobilizações por razões sanitárias. Mas ao mesmo tempo recusou-se a proibir a celebração de cultos religiosos. Depois de vários dias de polêmicas e protestos o governo recuou e aceitou fechar as mesquitas.

Sistema de saúde está à mingua

Ainda mais porque é a política do regime que deixa os hospitais argelinos à míngua. Embora os médicos

e suas equipes sejam qualificados e competentes eles trabalham em condições deploráveis. Segundo dados oficiais, no conjunto do território, não passam de algumas centenas os leitos para doenças graves, num país de 42 milhões de habitantes.

Mas a saúde não é o único setor devastado pela política destruidora do governo. Também o é a educação básica, a universidade, a moradia, os serviços públicos de maneira geral. Num país em que a juventude é uma parte importante da população e sofre maciçamente com o desemprego, a precarização fragiliza, do ponto de vista sanitário, toda a população, que tem pouco ou nenhum acesso ao sistema de saúde.

Tudo isso ocorre quando o preço do petróleo caiu para menos de 30 dólares o barril, alimentando a crise econômica no país – a Argélia tem 98% de suas receitas oriundas da exploração do petróleo e gás.

Lembremos que o regime não apenas decidiu privatizar parcialmente o setor petroleiro mas também

suprimiu a medida de proteção nacional conhecida por 51/49 (o investimento estrangeiro não podia ultrapassar 49% de uma empresa, os outros 51% sendo do Estado) e anunciou sua pretensão de simplificar as normas e regulamentações para facilitar os investimentos.

Não demorou nada para os industriais e capitais franceses se apressarem a agir para “revigorar a antiga parceria econômica”, como declarou, durante visita a Argel, na primeira semana de março, o Ministro de Relações Exteriores francês, Jean-Yves Le Drian.

Na atual situação, é claro que a população argelina se preocupa com a crise do coronavírus. Não se sabe o que será das mobilizações do povo com essa pandemia. Mas é preciso observar que nesta terça-feira, 17 de março, uma vez mais os estudantes e numerosos outros cidadãos saíram novamente às ruas de Argel para exigir o fim do regime.

Correspondente

O aparelho democrata ataca Sanders

E apoia Biden, representante da política pró Wall Street

As primárias que elegem os delegados que decidirão o candidato do Partido Democrata às próximas eleições dos EUA já têm dado quase que irreversível vantagem a Joe Biden sobre Sanders. Se já no início de março, após a “Super Terça” (várias primárias estaduais simultâneas), todos os demais pré-candidatos tinham sido eliminados, nos últimos dias Biden, o representante do aparelho democrata tradicional, foi sendo imposto. Ele foi vice de Obama e representa a continuidade da política pró-Wall Street que, aliás, acabou resultando na eleição de Trump.

O eleitorado negro dos estados do sul votou majoritariamente em Biden, seguindo as orientações das igrejas reformadas negras. Mas é importante dizer também que Sanders tem negligenciado a questão negra como particular, negando a especificidade dada aos negros pelos séculos de escravidão e depois de segregação, rejeitando, portanto, a urgência de políticas específicas a eles.

Mas o fato mais determinante mesmo é a decisão do conjunto do aparelho Democrata, controlado pelas grandes corporações privadas

e pelo mercado financeiro, de jogar todo peso em Biden e contra Sanders.

Sistema federal público e a classe trabalhadora

A oposição entre Biden e Sanders se cristaliza em uma questão: Medicare for all (sistema estatal de planos de saúde para todos os trabalhadores americanos). Sanders é a favor; Biden contra, defendendo a “melhoria” do Obama Care, que entrega os trabalhadores ao mercado de planos privados de saúde.

Os trabalhadores estadunidenses têm apenas poucas garantias comuns: seus direitos são codificados em contratos coletivos por empresa – cobertos apenas em uma cidade, um condado, ou um estado. Assim, a perspectiva de um sistema federal de saúde é central na unidade da classe trabalhadora americana.

O último congresso da AFL-CIO adotou a reivindicação de um sistema de cobertura para o estado, depois de muita batalha. Mas, num país onde os sindicatos apoiam o partido democrata, poucos deles declararam apoio a Sanders. Seus dirigentes alegam que o Medicare for all seria inferior aos planos privados

negociados por eles com o patronato, por empresa.

Os muitos militantes sindicalistas pró Sanders fizeram uma campanha paciente de explicação junto à base, demonstrando que as garantias de um sistema estatal seriam mais seguras (no caso de perda ou mudança de emprego, ou de renegociação do contrato) e superiores (especialmente para as doenças graves, hospitalizações) àquelas propostas pelos planos privados.

Mas o jornal New York Times, em

sua campanha pró Biden, publicou um artigo (9/3), “Mesmo que Sanders ganhe, Medicare for all não será implementado”, explicando que mesmo com Sanders sendo presidente e tendo maioria no Congresso, o aparelho democrata barrará essa reforma.

Pois tal aparelho não vai se alinhar com Sanders como o aparelho republicano fez com Trump, e será a luta de classe, que se intensifica nos EUA, a única capaz de arrancar esta conquista.

CORONA: EMPRESAS CONTRA A SAÚDE PÚBLICA

A licença por enfermidade não existe nos EUA. Certos contratos coletivos, estados ou cidades preveem a possibilidade de uma semana de licença médica por ano a funcionários. Mas a maioria do povo não tem tal benefício. Não há direito à assistência médica gratuita, exceto a idosos e muito pobres. Mesmo com plano de saúde privado, se o tratamento não estiver coberto, ou você paga por fora, ou morre.

Depois de negar os riscos do Coronavírus, só em 5 de março Trump adotou as primeiras medidas, foram os parcos US \$ 8,3 bilhões em pedidos de equipamentos médicos, pesquisa etc.

Em 11 de março, pressionado pelo colapso das bolsas, Trump anunciou um 2º pacote, muito mais demagógico do que efetivo. Prometeu liberar US\$ 50 bilhões de ajuda às empresas, caso o Congresso aprove lei de compensação por afastamento ao trabalhador doente. E, em procedimento de emergência, pediu ao Tesouro adiamento da cobrança de imposto aos afetados.

Até o dia 18 de março, 10 mil casos já tinham sido registrados nos EUA, com 155 mortes.

“O mundo em colapso”

Manchete do jornal francês exprime assombro diante da queda da bolsa e crise geral do sistema

Não é o coronavírus que está provocando a crise econômica, mas ele é o seu revelador e acelerador.

A fragilidade do sistema capitalista mundial em crise se manifesta de maneira brutal. O caráter parasitário da economia, chamado de “financeirização”, está sujeito aos menores caprichos da situação mundial. Mesmo antes da declaração de pandemia, a economia mundial já estava à beira da ruptura com a crise do petróleo e a queda do preço do barril e a guerra comercial de Trump lançada contra a China e a União Europeia. Há vários meses vem sendo anunciada a irrupção de uma nova crise financeira, mais profunda que a de 2008. A pandemia é um acelerador do conjunto dos elementos desta crise.

A reação dos governos das grandes potências imperialistas é significativa: Trump libera várias dezenas de bilhões de dólares para salvar empresas americanas. O FED, banco

central dos EUA, disponibiliza para as empresas 1,5 trilhões de dólares (os lucros dessas empresas no último ano chegaram a 2 trilhões de dólares). Os governos da União Europeia, em particular da França, Espanha, Alemanha e Itália, fazem o mesmo. Por outro lado, os trabalhadores são submetidos a novas medidas restritivas, ao desemprego ou pior ainda, às demissões, de qualquer maneira a chave para a redução de sua renda de subsistência.

Esta crise revela todas as características reacionárias e podres do sistema capitalista mundial. Basta ver como a destruição dos sistemas de saúde na Europa (fechamento de leitos, extinção de postos de trabalho) levou os hospitais hoje à beira da explosão, com a impossibilidade definitiva de tratar todos os doentes.

Nos Estados Unidos, onde não existe sistema de seguridade social, grande parte da população encontra-se sem qualquer acesso à assistência

médica, e isso na primeira potência imperialista do mundo (ver pag. 11).

E o que dizer de países africanos que, por causa da pilhagem pelas grandes potências imperialistas estão privados de sistemas de saúde verdadeiros e incapazes de poder tratar da população?

Em todos os países, em nome da pandemia, os governos pedem uma “união sagrada”. Utilizando a pandemia, dizem aos trabalhadores e suas organizações que não é o momento de reivindicar, enquanto bilhões são despejados aos patrões. Chamam todas as organizações a cerrar fileiras em torno do governo, ou seja, dos representantes dos capitalistas. Na Argélia, o primeiro-ministro pede que cessem as manifestações por causa da pandemia. Na Espanha, as manifestações estão proibidas, mas as procissões religiosas da semana santa, não.

A pandemia é uma coisa séria que deve ser combatida para preservar a

humanidade, mas os governos, que buscam preservar o sistema capitalista, são incapazes de assegurar a proteção da humanidade.

Este sistema capitalista, como mostra o exemplo da saúde pública – que é apenas um exemplo – é incapaz de garantir a defesa e a sobrevivência da humanidade. Sua política de pilhagem e destruição de direitos provoca as catástrofes humanitárias. O imperialismo, uma doença curável, causou 435 mil mortes em 2018 (80% dos casos na África subsaariana), por falta de recursos financeiros e sanitários para tratar esses doentes.

O capital é pilhagem e guerras. Na Síria, desde o início da guerra, de uma população de 20 milhões de habitantes, houve 380 mil mortos e 6 milhões de refugiados.

Como afirmou a grande revolucionária alemã, Rosa Luxemburgo, a alternativa é clara: “socialismo ou barbárie”.

Lucien Gauthier

Itália vai ao caos

Sistema de saúde falido e onda de greve



Divulgação

anos, houve cortes de 37 bilhões de euros na saúde e 40 mil leitos desativados. Uma petição coletou em poucas horas 88 mil assinaturas pela reabertura do grande hospital de Roma, Forlanini, fechado há cinco anos por Matteo Renzi, na época chefe do governo dito de “esquerda” do Partido Democrático.

Hoje, o afluxo de doentes que não podem

ser tratados por falta de máquinas de respiração, de leitos, de pessoal, leva a uma triagem de doentes baseada na expectativa de vida! Uma enfermeira relatou à imprensa italiana o que ela viu e mencionou esse novo conceito de doentes chegando com uma nota NCR.

NCR significa “não candidato à reanimação”. Como se fossem os próprios doentes com mais de 60 anos que escolhessem não viver mais!

Onda de greves

No dia seguinte ao decreto de urgência de 11 de março, confinando a população, e da decisão do patronato de continuar como se nada estivesse acontecido, greves espontâneas eclodiram em muitas fábricas:

da Eletrolux de Susegana às siderúrgicas de Terni passando pela DKN, IKK, Dierre, Trivium, na Cornelianini de Mântua, Whirlpool de Cassineta e na Fincantieri de Miggiano... (lista publicada no site do Contropiano).

Um artigo online do jornal francês Les Échos, datado de 14 de março indica: “Os problemas de segurança sanitária geram uma polêmica e levaram a muitas greves nesses últimos dias no país. Elas estouraram em Bréscia e Mântua, nas regiões mais atingidas pela epidemia, mas também na Campânia ou na Apúlia, por enquanto relativamente poupadas.

Os sindicatos denunciam a ausência de respeito às regras mais básicas de higiene, de distância segura e de distribuição de material de proteção

nas fábricas, o que coloca a saúde dos trabalhadores em perigo. As greves afetam praticamente todos os setores dos locais de produção”.

Alguns operários já contraíram o coronavírus e o respeito do metro de distância é geralmente ilusório.

Uma enfermeira de Milão testemunha: “Durante a noite entre quarta e quinta-feira, éramos 3 enfermeiras para 15 pacientes com grande necessidade de assistência. Em uma situação normal, há uma enfermeira para 2, no máximo 3 pacientes. Depois de uma noite louca, o alarme disparou porque não havia mais oxigênio. Cada um de nós pensou em quem salvaria se fôssemos sem oxigênio... então vimos a luz voltar ao verde. Nós sorrimos”.

O TRABALHO

Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

12 edições: R\$ 60,00 • 24 edições: R\$ 120,00 • Assinatura solidária: R\$ 150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil – Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79

Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 – CEP 03041-000 – São Paulo

Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br